

RECURSO ESPECIAL Nº 1.711.205 - MT (2017/0297379-7)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : SINDICATO DOS AGENTES DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA
DA SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADOS : JOSÉ EDUARDO POLISEL GONÇALVES - MT012009
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - MT009172B
RECORRIDO : ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADOR : ALEXANDRE APOLONIO CALLEJAS E OUTRO(S) - MT007100

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Sindicato dos Agentes de Administração Fazendária da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, com amparo na alínea "a", do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso assim ementado (e-STJ, fl. 250):

DISSÍDIO COLETIVO - SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS - CLÁUSULAS ECONÔMICAS - INDISPONIBILIDADE DO ENTE PÚBLICO - LIMITADO APENAS ÀS CLÁUSULAS SOCIAIS - PRELIMINAR DE EXTINÇÃO DA AÇÃO ACOLHIDA - MÉRITO PREJUDICADO.

Como a discussão no caso concreto não versa sobre programa de natureza social, hipótese que é admitida a instalação do dissídio coletivo com supedâneo na convenção 151 da OIT, validada pelo Decreto Legislativo nº 206/2010, o acolhimento da preliminar de impossibilidade jurídica com a extinção do processo é o que se impõe, como aplicação do melhor direito à espécie.

Em suas razões, o insurgente sustenta ofensa ao art. 1º do Decreto n. 7.944/2013, ao fundamento de que, "após a ratificação da Convenção n. 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) pelo Decreto Legislativo n. 206/2010, passou-se a admitir o ajuizamento de dissídio coletivo de cláusulas de natureza social" (e-STJ, fl. 335).

Pugna pela "[...] baixa dos autos à origem para que sejam apreciados os pedidos reconhecidos de natureza não econômica (meramente social) pelo voto vencido" (e-STJ, fl. 336).

Instada a se manifestar, a douta Subprocuradoria-Geral da República opinou pelo não conhecimento do recurso.

Contrarrazões apresentadas.

É o relatório.

Inicialmente, constata-se que a conclusão alcançada pela Corte de origem a respeito da natureza econômica, e não social, do programa discutido no dissídio coletivo, decorreu de ampla análise do contexto fático-probatório dos autos, de

modo que a reversão de tal entendimento ensejaria reexame dos mencionados suportes, esbarrando no óbice contido na Súmula 7/STJ.

Ademais, como bem apontado pelo Ministério Público Federal, verifica-se que a causa de pedir se correlaciona com a possível negativa de vigência do disposto no art. 1º do Decreto n. 7.944/2013, assim como de comandos normativos constitucionais. Recurso especial não se presta ao exame de disposições estranhas à legislação federal, aplicando-se a Súmula 284/STF.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DANO MORAL DECORRENTE DE NOTÍCIA-CRIME ARQUIVADA POR MANIFESTA ATIPICIDADE. RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. DATA DA SENTENÇA PENAL ABSOLUTÓRIA.

1. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
3. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
4. A responsabilização civil dos autores de notícia-crime depende da demonstração de atuação abusiva, seja em razão do exercício temerário ou de má-fé.
5. Desse modo, a pretensão de compensação de danos morais tem estrita relação de dependência em relação ao fato apurado perante o juízo criminal, razão porque são aplicáveis analogicamente as regras relativas à ação civil ex delicto, inclusive quanto ao prazo prescricional (art. 200 do CC/02).
6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.
(REsp 1.309.015/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 4/2/2014)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator